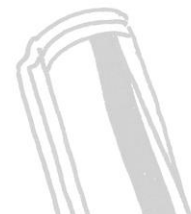


SOBRE A ANALOGIA EM HISTÓRIA


Paulo Ângelo de Meneses Sousa

Professor Associado do Departamento de História da Universidade Federal do Piauí. Doutor em História Social pela Universidade de São Paulo.



Resumo: O artigo analisa os usos da analogia em história a partir das reflexões teórico-metodológicas desenvolvidas na obra do historiador Luciano Canfora.

Palavras-chave: Conhecimento histórico; analogia; Teoria e metodologia da história.



Abstract: The article analyzes the analogy of uses in history from the theoretical and methodological reflections developed in the work of the historian Luciano Canfora.

Keywords: historical knowledge; analogy; Theory and methodology of history.

O historiador italiano, especialista em Estudos Clássicos, Luciano Canfora publicou, já faz algum tempo, um livro intitulado “Analogia e história. Dos usos político do paradigma histórico”(Original italiano de 1982; tradução francesa de 1989) no qual traz reflexões teóricas e metodológicas valiosas e atuais para os historiadores sobre o uso da analogia em história, categoria de pensamento que é inerente à própria noção de compreensão histórica.

Sem ter a pretensão de esgotar toda a riqueza de informações e reflexões desse livro, o texto que se segue é uma exposição mais ou menos livre das ideias desse livro e orientada para seus aspectos mais teóricos e metodológicos de forma que não iremos nos ater às questões de política e nem aos vários exemplos históricos apresentados no livro.

Conforme o autor, podemos traçar uma verdadeira história do pensamento historiográfico ligado à ideia de analogia. Já desde o seu início com a historiografia grega, podemos perceber que a diferença fundamental entre Heródoto e Tucídides é a maneira de abordar os “fatos”.

Em Heródoto não há uma certeza “materialista”, não há objetividade dos fatos recontados, ver vale mais que entender, duvidar mais que aprofundar ¹. Heródoto considera fatos “grandes”, enquanto que para Tucídides a palavra-chave é “descobrir”, como descobrir, avaliar, compreender um fato histórico. O fato é “descoberto” na medida em que é comparado com outros fatos (semelhantes) e avaliados em termos de grandeza. Em Tucídides o fato e sua leitura comparativa são inseparáveis, não “pensa” a guerra em si, mas em relação a outras guerras.

O semelhante é uma condição necessária à comparação e conforme o autor, citando Gomperz, a analogia “é o único meio que dispõe o historiador para ressuscitar diante dele os outros que estão mortos”.

O conceito de “grandeza” que serve de comparação em Tucídides é um conceito dinâmico tendo em vista que Tucídides não considera como grande as “guerras medas” as quais Heródoto dedicou sua obra de investigação histórica.

A comparação, conforme Canfora, é inevitavelmente em sentido único e orientada para o presente. As guerras medas são avaliadas em relação à guerra do Peloponeso, o presente é absoluto, mas o presente tornado absoluto pode levar ao exagero (como o faz o senso comum).

É importante citar aqui a célebre declaração de Tucídides sobre esse aspecto:

“Tucídides de Atenas escreveu a guerra dos peloponésios e atenienses, como a fizeram uns contra os outros. Começou a narração logo a partir da eclosão da guerra, tendo prognosticado que ela haveria de ganhar grandes proporções e que seria mais digna de menção do que as já travadas, porque verificava que, ao entrar em luta, uns e outros estavam no auge de todos os seus recursos e porque via o restante do povo helênico enfileirando-se de um e outro lado, uns imediatamente, outros pelo menos em projeto. Esta comoção foi a maior para os helenos e para uma parcela dos povos bárbaros e, pode-se mesmo dizer, atingiu a maior parte da humanidade”. (TUCÍDIDES I. 1-2)

Segundo Canfora, o historiador é capaz de avaliar os índices que dão a *medida* do acontecimento e o exemplo de Tucídides mostra como toda reflexão histórica comporta necessariamente um esboço rápido e orientado de *todo* o passado.

A partir de uma reflexão inicial sobre Heródoto e Tucídides, Canfora passa então a caracterizar a analogia como forma da compreensão histórica. Conforme o autor, o

¹ Sobre esses aspectos em Heródoto, tratados aqui de forma muito breve pelo autor, ver as reflexões bem mais desenvolvidas e nuançadas no livro de DARBO-PESCHANSKY 1998.

processo cognitivo analógico é a base da reflexão de Tucídides² mas também da compreensão histórica em geral.

Com relação a um evento passado, a percepção analógica é o que torna “pensável para mim, atualmente” um fato agora acabado. É um ponto entre presente e passado, entre noções, palavras, conceitos – instrumento que nos permite “traduzir” o passado. Operação a princípio espontânea, mas que leva nossa marca, um duplo processo que transpõe um termo do passado e depois reflete com o nosso olhar atual. Nesse processo, conforme o autor, é difícil separar o passado do presente, extrair nossa ideia da análise do passado.

A analogia opera em diversos níveis, servindo de “tipos”, “conceitos”, “formulas”, aplicando uma grande visão sintética e indução estatística. Esses “tipos” e “abstrações” são generalizações que permitem classificar e certamente também esclarecer cada evento.

Na analogia é a relação intuitiva que permite esclarecer reciprocamente os fenômenos, os eventos. Segundo Canfora, na analogia o historiador não estabelece uma relação entre evento/conceito, como entende Paul Veyne,³ mas entre *vivido* (seu presente) e o passado. O conteúdo de nosso “eu” é parte integrante, senão essencial da compreensão histórica.

A analogia é fruto do reencontro entre o fato considerado e a acumulação (mais vasta e rica) na consciência do historiador, de outros eventos. Nesse sentido, segundo o autor, a reflexão de Dilthey⁴ constitui uma base necessária, olhar o objeto através da

² Canfora não desenvolve o tema da analogia a partir de Heródoto, iniciando suas reflexões com Tucídides. Como herdeira da epopéia e rivalizando com a mesma, as histórias das guerras medas narradas por Heródoto visam superar em grandeza a da guerra de Tróia narrada por Homero e por sua vez Tucídides visa superar em grandeza as anteriores com sua guerra do Peloponeso. Para uma análise da relação entre Epopéia e História e a questão da “grandeza” (axiológico), ver PIRES 1999: 151 – 180. Sobre a analogia em Heródoto, ver especialmente “Analogie, regolarità, leggi: Erodoto e Istorìa”, In: CORCELLA 1984: 220 – 235.

³ Algumas das afirmações de Veyne: “Um conceito histórico permite, por exemplo, designar um evento como uma revolução; isto não significa que, empregando esse conceito, saibamos “o que é” uma revolução. Esses conceitos não são conceitos dignos desse nome, dos complexos elementos necessariamente ligados; são, antes de tudo representações heterogêneas que dão a ilusão da intelecção, mas que são na realidade somente espécie de imagens genéricas”; “Os conceitos sublunares [os que a história utiliza] são sempre falsos porque eles são imprecisos e são imprecisos porque seu próprio objeto muda sem parar”; “ A história é descrição do individual através dos universais”. Cf. VEYNE 1992 : 61 – 72.

⁴ Wilhelm Dilthey (1833 – 1911), professor da Universidade de Berlin, escreveu uma única obra em vida “Introdução às ciências do espírito” (1883), completada por ensaios esparsos, publicados postumamente, na qual defende que a natureza humana apenas pode ser compreendida historicamente – não havendo, pois forma de vida absoluta, o que define o seu *historicismo* como característica de sua filosofia da vida. Para alguns estudiosos de sua obra, o método das “ciências do espírito”, começando pela psicologia e estendendo-se à história, absorve a compreensibilidade da vida e constitui verdadeira hermenêutica.

experiência interior do indivíduo, a imediatez pré-conceitual (como isso se manifesta concretamente?).

Conforme Dilthey, não se pode pensar um fato histórico em si e por si, como objeto distinto do sujeito que lhe pensa, contrário ao pensamento de Kant que busca conhecer o “a priori”, o fundamento do processo cognitivo.

A separação entre sujeito/objeto não é uma operação analógica, nesta existe uma relação intrínseca entre os dois. Pensar por analogia, segundo Luciano Canfora, é a prática do objeto historiográfico.

A estrutura do pensamento analógico é inerente ao pensamento mesmo, um mecanismo de auto-regulação. “Pensar” a história é o resultado do acúmulo de experiências e não uma forma a priori. A analogia é também o resultado de um esforço *consciente* para fazer compreender o que, restando isolado, não apareceria.

A antinomia que afronta o pensamento analógico é a da *identidadex diferençax*. A analogia se exprime como metáfora, o risco é de deformar o objeto, pensar segundo nossas categorias. A analogia é um risco e é só arriscando que podemos descobrir algo novo.

No seu livro “Apologia da História ou o ofício de historiador” (1942), o historiador francês Marc Bloch invertia a relação passado-presente, afirmando que toda história é, no fundo, contemporânea.

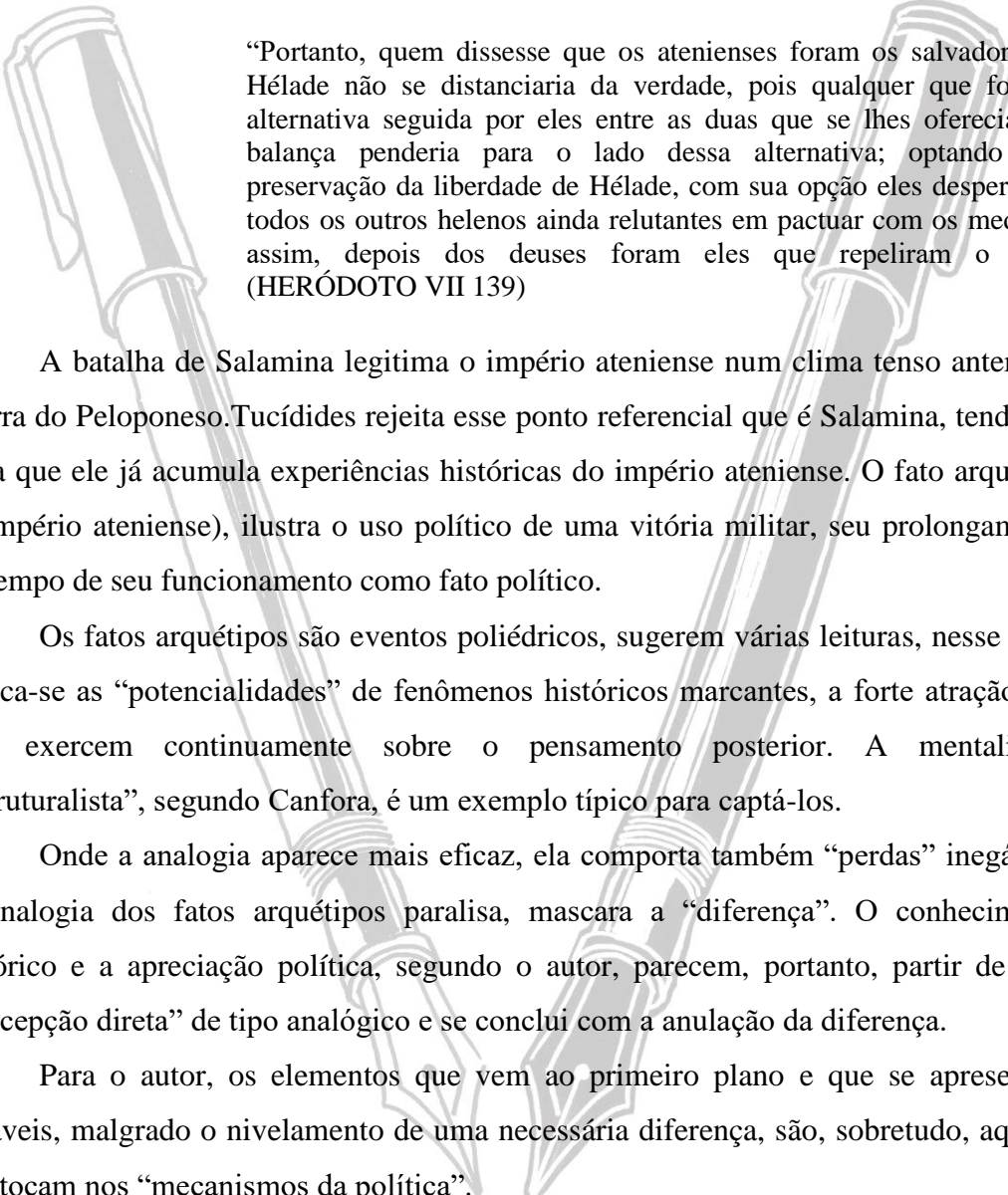
Para Canfora, podemos traçar uma história do pensamento historiográfico ligado à ideia de analogia. No Renascimento, a analogia com modelos clássicos, na Revolução Francesa, na Alemanha, entre outros. Esses exemplos mostram como analogia e ideologia estão profundamente ligadas. Na aparição da analogia interfere de maneira determinante também uma orientação política, religiosa, filosófica.

Para o autor, nenhuma analogia explica totalmente um evento. Uma analogia é um aspecto do problema, outros aspectos engendram outras analogias. O reexame de um problema, quando se exprime por uma nova analogia é, conforme o autor, uma macro-analogia, uma elevação do ponto de observação, ver de maneira mais vasta. Coloca o problema de que *nível* se fala, qual o ponto *essencial* da comparação.

A antinomia entre a “compreensão” global de um evento e sua divisão *ad infinitum* em eventos singulares é um aspecto que opõe “história geral” x micro-história. A dissolução da generalização corre o risco de renunciar à compreensão do “sentido da história”, ou seja, o problema entre equilibrar o conhecimento do detalhe e a compreensão global (qual o valor quantitativo e qualitativo do fato histórico?).

Luciano Canfora passa então a analisar a relação entre analogia e política a partir da noção de fatos arquetípos.

Segundo Canfora, nas guerras medusa vitória ateniense ilustra como surge um império. Heródoto, dando unidade a esses acontecimentos, põe no centro de sua narrativa a justificação de que Atenas “salvou a Grécia”:



“Portanto, quem dissesse que os atenienses foram os salvadores da Hélade não se distanciaria da verdade, pois qualquer que fosse a alternativa seguida por eles entre as duas que se lhes ofereciam, a balança penderia para o lado dessa alternativa; optando pela preservação da liberdade de Hélade, com sua opção eles despertaram todos os outros helenos ainda relutantes em pactuar com os medos, e assim, depois dos deuses foram eles que repeliram o Rei”. (HERÓDOTO VII 139)

A batalha de Salamina legitima o império ateniense num clima tenso anterior à guerra do Peloponeso. Tucídides rejeita esse ponto referencial que é Salamina, tendo em vista que ele já acumula experiências históricas do império ateniense. O fato arquetipo (o império ateniense), ilustra o uso político de uma vitória militar, seu prolongamento no tempo de seu funcionamento como fato político.

Os fatos arquetípos são eventos poliédricos, sugerem várias leituras, nesse caso, coloca-se as “potencialidades” de fenômenos históricos marcantes, a forte atração que eles exercem continuamente sobre o pensamento posterior. A mentalidade “estruturalista”, segundo Canfora, é um exemplo típico para captá-los.

Onde a analogia aparece mais eficaz, ela comporta também “perdas” inegáveis. A analogia dos fatos arquetípos paralisa, mascara a “diferença”. O conhecimento histórico e a apreciação política, segundo o autor, parecem, portanto, partir de uma “percepção direta” de tipo analógico e se conclui com a anulação da diferença.

Para o autor, os elementos que vem ao primeiro plano e que se apresentam duráveis, malgrado o nivelamento de uma necessária diferença, são, sobretudo, aqueles que tocam nos “mecanismos da política”.

Em Tucídides a analogia é instrumento primeiro da previsão política. Na analogia descobre-se o ponto de encontro entre conhecimento histórico e concepção cíclica da história. Essa identidade para os historiadores antigos tem base no conceito de *natureza(physis)*, enquanto no pensamento moderno, por exemplo, os estruturalistas e Braudel falam de “estruturas profundas”. Segundo Canfora, no pensamento clássico a noção de repetição é básica.

A política é, conforme o autor, continuamente um equilíbrio instável entre identidade/diferença. O diagnóstico e os fatos arquetípos são os meios mais frequentes da tentativa de previsão política e a analogia política se restringe cada vez que o objeto se restringe, se diferencia (por exemplo: o conceito de periferia, o despertar e a independência dos povos, etc.).

Finalizando essas reflexões teóricas e metodológicas, o autor passa então a discorrer sobre a analogia política das “guerras de religião” nas quais a analogia política joga com blocos em lutas e há uma recusa de toda mediação e denegramento recíproco; trata em seguidado tema da tolerância e da virtude a partir do exemplo da Revolução Francesa, fato arquetípo por excelência, e exemplo de antinomia entre identidade/diferença onde o princípio universal de tolerância quando aplicado representou a passagem “dos *princípios* aos *crimes*”.

Em seguida, o autor trata de um capítulo intitulado “Entre os bárbaros e o império: analogia ou cliofilia?” que aborda os mecanismos de dominação violenta das sociedades democráticas (desde Atenas) e liberais da atualidade, principalmente sobre os emigrados e dissidentes que mostram a realidade revolucionária ocultada e conclui com um “diálogo entre o filantropo e o político” afirmando que a recusa da violência deve ser também a recusa do princípio de violência; capítulos em que desenvolve, a partir de exemplos históricos e de questões éticas e políticas, a reflexão teórica anteriormente esboçada sobre o tema da analogia em história.

Dessas reflexões apresentadas pelo autor, pode-se concluir que a analogia é uma ferramenta essencial para o trabalho do historiador, representando mesmo uma característica inerente à própria noção de compreensão histórica, e o livro de Canfora, ao nosso ver, também nos conduz a esse processo de auto-conhecimento da nossa disciplina, particularmente sobre as operações que utilizamos, conscientes ou não, em nossos trabalhos e com as quais revemos o passado.

REFERÊNCIAS

CANFORA, Luciano. *La tolérance et la vertu: de l'usage politique de l'analogie*. Trad. do italiano Denise Forgons. Paris: Ed. Desjonqueres, 1989, 188p.

CORCELLA, Aldo. *Erodoto e l'analogia*. Palermo, 1984.

DARBO-PESCHANSKY, Catherine. *O discurso do particular. Ensaio sobre a investigação de Heródoto*. Trad. Angela Martinazzo. Brasília : UnB, 1998.

DILTHEY, Wilhelm. *A construção do mundo histórico nas ciências humanas*. Tradução Marcos Casanova. São Paulo: Editora Unesp, 2010.

HERÓDOTOS. *História*. Trad. do grego Mário da Gama Kury. Brasília : UnB, 1986.

PIRES, Francisco Murari. Axiológico (a questão da grandeza), In: *Mithistória*. São Paulo: Humanitas, 1999, p. 151 – 180.

TUCÍDIDES. *História da guerra do Peloponeso – Livro I*. Trad. do grego Anna Lia A. Almeida Prado. São Paulo : Martins Fontes, 1999.

VEYNE, Paul. Teorias, tipos, conceitos, In: *Como se escreve a história*. Trad. Alda Balta e Maria Auxiliadora Kneipp. 2ª. Ed. Brasília: UnB, 1992, p. 61- 72.

